



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

Provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão Financeira e Patrimonial em regime de comissão de serviço

Ata n.º 2

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu por videoconferência, nos termos do artigo 24-A do Código de Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua redação atual, o júri do procedimento, nomeado por deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 25 de janeiro de 2024, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 22 de janeiro de 2024, como previsto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, na sua redação atual, para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - chefe da divisão financeira e patrimonial do Município de Idanha-a-Nova, constituído da seguinte forma:

Presidente: Sara Margarida Isidoro Frade de Brito Filipe, Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, do Instituto Politécnico de Castelo Branco;

Primeira Vogal: Mónica Liliana Dias Cardoso, Técnica Superior - Jurista da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos;

Segundo Vogal: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Penamacor.

A reunião teve por finalidade a apreciação das candidaturas apresentadas a concurso em conformidade com o artigo 12.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e a marcação dos métodos de seleção.

Findo o prazo para apresentação das candidaturas ao referido concurso, foram recebidas as seguintes candidaturas:

- Elza Maria Martins Gonçalves;
- João Pedro Pereira Azedo Cardoso;
- Roberto António Reixa Nabais;
- Sara Margarida Nogueira Abade da Silva;
- Sara Sofia dos Santos Gaspar;
- Zélia Maria Anselmo Torres.

Depois de apreciadas as candidaturas, o Júri deliberou, por unanimidade, admitir, por reunirem as condições expressas no Aviso de Abertura, os seguintes candidatos:

- Elza Maria Martins Gonçalves;
- Roberto António Reixa Nabais;
- Sara Margarida Nogueira Abade da Silva;
- Sara Sofia dos Santos Gaspar;
- Zélia Maria Anselmo Torres.

O Júri deliberou ainda, por unanimidade, excluir o candidato João Pedro Pereira Azedo Cardoso, em virtude de a experiência profissional apresentada pelo candidato não comprovar o exercício, durante quatro anos, de funções, cargos, carreiras, ou categorias, para cujo exercício ou provimento fosse exigível uma licenciatura, tal como exigido no perfil constante da oferta de emprego publicada na Bolsa de Emprego Público.

O Júri deliberou, por unanimidade, dar conhecimento, mediante envio de ofício por carta registada com aviso de receção, da relação dos candidatos admitidos e excluídos, considerando como definitivas essas admissões, não havendo lugar à audiência dos interessados, conforme estipulado no n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

O Júri deliberou também, por unanimidade, marcar o dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, para as Provas: Avaliação Curricular e Entrevista Pública, a realizar no edifício do Fórum Cultural de Idanha-a-Nova, cujos programas e parâmetros constam da primeira ata do Júri do Procedimento.

O Júri deliberou, por unanimidade, que a Entrevista Pública, se realizaria da seguinte forma:

Elza Maria Martins Gonçalves	28.05.2024	14h30
Roberto António Reixa Nabais	28.05.2024	15h00
Sara Margarida Nogueira Abade da Silva	28.05.2024	15h30
Sara Sofia dos Santos Gaspar	28.05.2024	16h00
Zélia Maria Anselmo Torres	28.05.2024	16h30m

Não havendo mais assuntos a tratar foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos os membros do júri, vai ser assinada pelos mesmos.

A Presidente do Júri,

A Vogal,

O Vogal,